



ADUFMAT – Seção Sindical

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

POR QUE DEVEMOS ENTRAR EM GREVE? 13 RAZÕES

1. O desmonte da educação pública de qualidade tem sido, progressivamente, promovido pelos governos de plantão, sejam do PSDB, sejam do PT. REUNI e PROUNI são, apenas, algumas das políticas mais recentes neste sentido;
2. Como parte deste propósito, os salários dos docentes têm sido, cumulativamente, corroídos. O teto salarial do trabalhador docente¹ (com doutorado) corresponde ao piso de grande maioria dos servidores do Poder Executivo, evidenciando a desvalorização da docência;
3. À deterioração salarial soma-se a precarização das condições de trabalho, com a subtração do tempo dedicado à pesquisa, com o aumento do número de alunos por professor, com o produtivismo matemático, com o acréscimo das atividades burocráticas e com a redução das horas dedicadas à preparação das aulas e das orientações, comprometendo a qualidade do ofício que nos caracteriza como intermediadores e criadores de conhecimento;

¹ Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_re_m_15/tab_66_2015_02.pdf Acesso em: 10 maio 2015. Pág. 174.

Telefones: (65) 3615 8293 – 4104-0656 / 4104-0548

Av. Fernando Correa da Costa, 2367/ Boa Esperança – Cuiabá-MT/CEP 78060-900

e-mail: adufmat@terra.com.br - www.adufmat.org.br



ADUFMAT – Seção Sindical

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

4. Nestes moldes, a “democratização do acesso à educação”, com a política de expansão, interiorização, assim como de “popularização” através da educação à distância, tem sido feita à custa da qualidade de ensino e da superexploração do trabalho docente, além do desrespeito aos estudantes. Solidárias, ambas as categorias são privadas das condições decentes de trabalho, ausência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas qualificadas e suficientes;
5. Não bastasse a corrosão dos salários e das condições de trabalho, os governantes de plantão têm se dedicado ao desmonte do nosso Plano de Carreira e à celetização da carreira docente das IFES;
6. Neste sentido, as fundações de apoio e a criação de organizações sociais são as determinações mais visíveis do projeto de privatização das instituições públicas e de celetização dos seus vínculos empregatícios, aprofundando a precarização das relações de trabalho e de prestação dos serviços públicos;
7. Não bastassem esses movimentos nefastos de destruição da nossa carreira e da inviabilização das obrigações estatais de atendimento público qualificado, o PL 4.330 escancara a precarização generalizada dos vínculos empregatícios, comprometendo direitos e garantias trabalhistas e sociais arduamente conquistadas pelos trabalhadores;
8. Mais do que isso, o PL 4.330 traz consigo o trânsito para a destruição das categorias profissionais consolidadas e suas organizações

Telefones: (65) 3615 8293 – 4104-0656 / 4104-0548

Av. Fernando Correa da Costa, 2367/ Boa Esperança – Cuiabá-MT/CEP 78060-900

e-mail: adufmat@terra.com.br - www.adufmat.org.br



ADUFMAT – Seção Sindical

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

- sindicais, deixando ainda mais vulneráveis as relações de trabalho e salário, sejam da iniciativa privada, sejam do setor público;
9. Neste sentido, a decisão do STF sobre a ADIN quanto à liberalização para a atuação das Organizações Sociais no setor público – inclusive nas universidades – representa somente mais um reforço nesta direção;
 10. Fossem poucos os ataques aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos em particular, as reformas da (im)previdência promovidas por FHC e Lula agora receberam a “marca” Dilma, através das MPs 664 e 665;
 11. Coroando este (des)compromisso com a “pátria educadora” e o compromisso com os interesses do capital (especialmente financeiro), os cortes orçamentários nas áreas sociais, em especial e inclusive na educação (cujos valores alcançam 7 bilhões de reais anuais), têm aprofundado ainda mais a inviabilidade da educação pública de qualidade e a profissão docente nas universidades públicas;
 12. Nesta ofensiva, o governo e seus aliados não têm descuidado de quebrar, também, a “espinha dorsal dos sindicatos”, como bem ensinaram os pais do neoliberalismo. E, assim, não somente estão empenhados em aprovar a lei (anti)greve para os servidores públicos, mas tem oxigenado o sindicato chapa branca (PROIFES), de maneira a



ADUFMAT – Seção Sindical

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

criar confusão entre os professores e a permitir acordos de costas para a base docente e à revelia do ANDES/SN, como ocorreu em 2012;

13. Para coroar este processo de desmonte, a criminalização dos movimentos sociais e paredistas tem sido a prática mais cotidiana e cada vez mais violenta, como bem registram a violência contra os professores no Paraná e Goiás;

Diante disso – e certamente de outras tantas razões – impõem-se as perguntas: *Permaneceremos calados? Não reagiremos? Vamos realizar, na prática, o poema de Brecht, silenciando diante daqueles que, primeiro, nos roubou o salário e, agora, já nos rouba a carreira?*